

2

Amor, casamento e modernidade

“Tudo o que sabemos do amor, é que o amor é tudo que existe.”

(Emily Dickinson)¹

A frase da poetisa americana do século XIX remete à idealização do sentimento amoroso, que, sobretudo após o período moderno, foi marcante no ocidente: o amor como principal emoção valorizada e cultivada pelos indivíduos pertencentes às mais diversas culturas, classes, gerações; como expressão artística dominante da literatura, da música, das artes plásticas e visuais; como inspiração ao nobre, ao belo, ao sublime; o amor como representação maior da sociedade e da cultura ocidentais cristãs.

Observando atentamente os inúmeros fatores que concorrem para a construção do ideal amoroso hoje, entretanto, cabe a pergunta: no âmbito das relações amorosas empíricas, seria o amor, no momento presente, percebido como mais importante que a busca pelo bem-estar individual? O sentimento amoroso que nos parece ser ainda a principal emoção valorizada na relação entre indivíduos, casais, famílias, em nossa sociedade, e talvez cada vez mais, revela um convívio contraditório com as sutilezas de um processo de individualização contínuo e intensificado, que tem na satisfação pessoal um ideal igualmente valorizado.

Assim, neste capítulo, pretendemos retomar algumas discussões histórico-sócio-culturais referentes ao estudo das emoções, destacando o amor contemporâneo, que será mais bem definido em capítulo posterior, como uma expressão marcante, não apenas no plano afetivo-individual, mas igualmente no familiar. Passaremos também pelas contradições inerentes a essa forma de expressividade hoje e pelo processo de modernização ocidental no que se refere à

¹ Cf. *The complete poems of Emily Dickinson* (New York: Little, Brown and Co., 1961).

construção de normas, padrões e paradigmas amorosos, familiares e sexuais. Torna-se indispensável a reflexão em torno desse processo e da conseqüente individualização gerada por ele, para que se estabeleça um diálogo mais profundo com a temática das relações afetivas em tempos atuais. Para isso, recorreremos a teorias dos campos da antropologia, sociologia e disciplinas afins.

Os objetos de nossa pesquisa, a fidelidade e a amizade no namoro entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, serão discutidos e analisados de forma aprofundada em capítulo posterior. O que se pretende por ora é a demarcação de algumas discussões teóricas relevantes sobre a questão amorosa no ocidente do início da modernidade aos tempos atuais, passando pela normatização da sexualidade e pelas relações familiares e entre os gêneros ao longo dessa mesma faixa temporal. Pretendemos, através desse apanhado teórico, fornecer bases para a compreensão e sustentação das discussões específicas dos objetos deste trabalho. Assim, partiremos de um debate mais geral em torno dos temas que envolvem nosso trabalho para em seguida travarmos um diálogo entre essas questões e os pontos específicos de nosso objeto. Na primeira parte do capítulo, que será dirigida principalmente ao período do início da modernidade, trabalharemos com o contexto histórico europeu, e na segunda parte, que será direcionada para questões contemporâneas, traremos a discussão também para o panorama brasileiro, que interessa particularmente a esta dissertação.

2.1.

A padronização do amor, do casamento e da família na modernidade ocidental

É possível perceber na literatura que trata dos temas das relações amorosas, familiares e de gênero uma preocupação em abordar questões históricas que possam orientar e chamar a atenção para a importância de certos processos particulares ligados à construção da modernidade, e até anteriores a ela, e que hoje prosseguem em desenvolvimento na chamada modernidade tardia, pós-

modernidade ou contemporaneidade². Isso, porque o entendimento desses processos particulares de formação social, sobretudo ligados à “privatização dos sentimentos” (Elias, 1995), à “individualização”, à “invenção da sexualidade” (Foucault, 1988) e à “nuclearização da família” (Ariès, 2006), subjaz à ocorrência de mudanças propiciadas pelo nascimento do mundo ocidental moderno, em que o Estado assume papel preponderante no controle da conduta de grupos e, sobretudo, de indivíduos.

Antes, porém, de falar do período moderno, farei um breve recuo, levando em conta algumas questões que nos parecem relevantes e que, continuamente, contribuíram para a formação de paradigmas sócio-culturais, referentes às normas e papéis da família, do casamento, das relações entre os gêneros, e da expressão amorosa no interior destes.

2.1.1.

A construção simbólica do feminino e do masculino no ocidente e o amor cortês

Denis de Rougemont (2003) faz um traçado histórico sobre o tema do amor no ocidente, e sobre sua representação mítica. Como descreve em sua obra, a sociedade cortesã e de cavalaria européia do século XII e XIII moldou-se em parte através de mitos e obras literárias da época e anteriores, que serviram de paradigma para a idealização das relações sociais e amorosas, assim como da mulher e do homem. O mito de *Tristão e Isolda*, que trata de temas como adultério, paixão e morte foi uma expressão singular de um tipo de relação entre homem e mulher nessa sociedade (Rougemont, 2003). Embora a sociedade cortesã tenha desaparecido, suas leis permaneceram no imaginário social do ocidente, apesar de serem renegadas pelos códigos oficiais. A história contada no mito exprime a ligação entre a paixão, o sofrimento e a morte, e a contradição da

² Optei por fazer referência aos termos mais usados pelos teóricos que trabalham com uma concepção de crise ou transfiguração da modernidade, os quais remetem, por um lado à matriz de formação moderna, e de outro, a uma idéia de transposição dessa matriz.

primeira em relação ao casamento e à fidelidade³. Desde os escritos de Santo Agostinho até o romantismo moderno, assim, o amor esteve relacionado ao sofrimento e ao inatingível, como percebe Rougemont. As artes em geral e a literatura estão repletas de histórias de amor que retratam paixões arrebatadoras e ao mesmo tempo proibidas, e que têm muitas vezes como desfecho a morte e o suicídio.

Essas obras também expressam em alguma medida uma oposição entre paixão e reciprocidade, já que as histórias contadas falam de amores para os quais o que importa não é a troca equilibrada no interior da relação, mas a obtenção daquilo que de alguma forma seria irresistível para o indivíduo, rompendo com a noção de reciprocidade.

A poética do amor cortês, que teve importante influência na concepção de outras formas de amar posteriores, exaltava o segredo, a paciência, a moderação, a retenção, a idealização da mulher, a submissão do homem à mulher e a infelicidade no amor (Rougemont, 2003). Nesse momento da história, nasceu uma visão de mulher inteiramente contrária a dos costumes tradicionais. E, assim, a exaltação dessa nova representação do amor e da mulher constituiu-se como uma heresia aos antigos preceitos cristãos. O mito de *Tristão e Isolda* e outras obras, entre elas *Romeu e Julieta*, contribuíram para a promoção de grandes transformações no imaginário social do ocidente, assim como refletiram mudanças da sociedade como um todo. De acordo com o relato de Rougemont, o surgimento da paixão de amor, como representada nessas obras, transformou radicalmente o juízo que se fazia sobre o adultério. A partir do século XII, no ocidente medieval, então, o adultério teria se tornado um “personagem interessante”. (Rougemont, 2003: 371)

³ Essa contradição expressa no mito entre paixão, casamento e fidelidade é interessante para pensar o tema deste trabalho, na medida em que me leva a questionar a possível proximidade entre as idéias de casamento e fidelidade. Da mesma forma, pergunto-me até que ponto a representação literária da paixão relacionada ao adultério ecoou e tem se refletido na formação de determinadas concepções amorosas ocidentais, e até que ponto essa representação foi reflexo destas.

2.1.2.

Amor, casamento e sistema familiar na modernidade

Michel Bozon (2004b) enfatiza, por outro lado, que o amor não era um sentimento partilhado pela sociedade ocidental na Idade Média. O amor cortês, principalmente - precursor do amor romântico - que era um sentimento entre uma nobre e um plebeu, adúltero e proibido, e que deixara uma imagem de que o amor deveria ser evitado, fora condenado pela Igreja. Já no século XVIII, com o início do processo de modernização e de secularização, iniciou-se um movimento que transformou o amor não apenas em algo esperado entre os cônjuges, mas na própria razão da escolha realizada por eles. No âmbito familiar, as mudanças também foram consideráveis, na medida em que a família passou a se constituir numa unidade moral e afetiva pela primeira vez, deixando de fazer parte de um sistema de alianças e interesses, comportado pelo direito privado.

Anthony Giddens (2003) descreve a família tradicional europeia da Idade Média como uma unidade econômica. A produção agrícola envolvia todo o grupo familiar e, entre a pequena nobreza e a aristocracia, a transmissão da propriedade era a principal base do casamento. Na Europa medieval, o casamento não era contraído com base no amor sexual e não havia lugar na união matrimonial para qualquer espécie de fantasia amorosa. Outro traço característico da conjugalidade tradicional era a marcante desigualdade entre homens e mulheres, que estava diretamente associada ao sistema de transmissão de bens. Com isso, às mulheres eram transmitidos valores que exaltavam a virgindade nas moças, e a constância e a fidelidade nas esposas. Assim, reduzia-se a possibilidade de as mulheres terem filhos de outros homens, que não de seus maridos. A sexualidade no sistema familiar medieval era dominada, sobretudo pela reprodução e pela idéia de virtude feminina.

Foi a partir de um gradual e crescente processo de individualização do mundo ocidental, de contenção das emoções, e de constituição de uma “economia psíquica” (Elias, 1995), com a conseqüente introjeção de padrões e novos valores, que pôde ser modelado um novo sentimento, o amor moderno, que teve como qualidade distintiva a “focalização em um ser insubstituível e único, expressão

radical da individualidade” (Heilborn, 2004: 65). Assim, ao longo desse processo, o amor tornou-se um sentimento partilhado no casamento e na família, esta cada vez mais nuclearizada, em oposição à antiga família extensa (típica formação do ocidente medieval), ressalta Maria Luiza Heilborn (2004). Essas mudanças, como ilustram Ricardo Benzaquen de Araújo e Eduardo Viveiros de Castro (1977), foram possibilitadas a partir de transformações que dissociaram a instituição familiar de um complexo sistema de transmissão de bens e nomes, e o casamento de um sistema de alianças e interesses, como já dito. Dessa forma, o casamento começou a ser orientado pela escolha individual, e pelo sentimento amoroso, que se institucionalizou como um valor central no ocidente, e se tornou a razão primordial para o casamento.

O texto de Shakespeare, *Romeu e Julieta*, retrata um momento latente de transição entre um modelo de casamento e família ancorado a esse sistema, e outro, no qual o indivíduo assume a posição central no sistema, libertando-se até certo ponto dos laços sociais, e não mais derivando sua realidade de forma restrita dos grupos a que pertence, colocando-se, assim, em relação direta com um universo composto de indivíduos, onde as relações valorizadas são as relações entre indivíduos (Castro e Araújo, 1977).

Questões interessantes também são apontadas por Norbert Elias (1995 e 2001), que descreve a passagem da sociedade medieval, em que as emoções e funções corporais eram visíveis e explícitas para uma sociedade burguesa, onde os indivíduos deveriam dissimular e controlar seus afetos e as manifestações de seus corpos. A partir dessa passagem, começaram progressiva e continuamente a ser concebidas noções como intimidade e espaço íntimo, que proporcionaram uma verdadeira revolução no espaço da casa, através da separação dos cômodos de uso privado e do quarto do casal, que se tornou o lugar da sexualidade legítima. O pudor, então, se apoderou da sexualidade, impondo uma moral da reserva. Com isso, a educação sexual das crianças passou a ser um problema (Ariès, 2006).

A chamada invenção da sexualidade (Foucault, 1988) é importante para caracterizar transformações que também se originaram com a modernidade nascente do século XVII. Ela, segundo Michel Foucault, integrou processos distintos envolvidos na própria consolidação das instituições sociais modernas, como parte de um controle exercido pelo Estado recém constituído sobre suas

populações. Dessa forma, em sua perspectiva, a utilização de uma linguagem especializada relativa à sexualidade, na sociedade burguesa, traduzia antes uma “vontade de saber” do que efetivamente uma repressão. As tentativas de normatização e padronização impostas pelo mundo moderno também se refletiram na formação de ciências específicas da sexualidade, e de técnicas disciplinares de poder sobre o corpo, que procuravam instaurar o que Bozon chamou, retomando a teoria de Foucault, de “medicalização geral dos comportamentos sexuais” (Bozon, 2004a e 2004b).

Sobre as mudanças ocorridas no âmbito familiar no período, Jacques Donzelot (1986), que também se utiliza da obra de Foucault, vai falar de transformações paradigmáticas no papel da família ainda durante o Antigo Regime, quando o sentimento moderno de família teria surgido na Europa entre as camadas burguesas e nobres, estendendo-se, posteriormente, a todas as classes sociais, até o século XIX.

A família, gradualmente, deixa de estar inscrita em redes de solidariedade, como as corporações, comunidades aldeãs e blocos de dependência de tipo feudal ou religioso, desligando-se de um jogo dinâmico de vínculos, estratégias e alianças, como já se falou anteriormente. Em suma, deixa de se constituir como a menor unidade política da sociedade europeia da época. Esse movimento começa, segundo o autor, a tomar corpo a partir do século XVIII, quando os mecanismos sociais de controle da família e no interior dela começam a se tornar inadequados⁴. Isso ocorre porque a família já não consegue conter tão facilmente seus membros. A autoridade familiar que se estendia para além do plano privado, e que fazia parte da máquina pública de controle social, passa a ser questionada a partir do seu interior. Após a Revolução Francesa, e com a constatação de que o poder exercido pela autoridade familiar gerava uma série de irregularidades, o Estado é silenciosamente intimado a assumir a responsabilidade pelo controle da conduta dos indivíduos.

O que Gilles Deleuze (1986), prefaciando a obra de Donzelot chama

⁴ Ao longo do Antigo Regime, resalta Donzelot, a família esteve inscrita no campo político : o chefe de família respondia por seus membros e deveria garantir a fidelidade à ordem pública daqueles que faziam parte daquela. A não pertinência a uma família, ou seja, a ausência de um responsável sócio-político gerava um problema de ordem pública, o que foi solucionado com a formação do Estado e com a criação do aparato de regulação social que acompanhou a constituição deste.

atenção é que a partir desse processo descrito acima, não apenas a família passa a se destacar de seu enquadramento doméstico, como os próprios valores conjugais tendem a se liberar dos valores propriamente familiares, assumindo certa autonomia. As alianças continuam, por um tempo, reguladas pelas hierarquias de famílias, embora se trate menos de preservar a ordem familiar, do que de preparar para a vida conjugal, de modo a dar novo código a essa ordem. A preparação para o casamento começa, assim, a ser um fim em si mesmo, não tendo mais como função absoluta a preservação da família.

No século XIX, o social passa, com isso, a se centrar em torno da conjugalidade, de sua aprendizagem, de seu exercício, de seus deveres, mais do que da família. Mas em lugar de falar em crise da família, tanto Deleuze quanto Donzelot chamam atenção para a reorganização ou reestruturação que esta sofreu, principalmente quando o Estado passou a regular a sociedade. Constituiu-se, então, uma rede de instâncias novas, estatais, entre elas a polícia, que começa a organizar a sociedade, a partir do período moderno. E foram essas mudanças que permitiram que, no século XX, a família se desengajasse da autoridade paterna e marital, que anteriormente cumpria o papel de manter a ordem de dentro para fora da família.

Todos esses processos foram simultâneos, por um lado, ao crescimento da impessoalidade e do aparato burocrático, na esfera pública, e, por outro lado, da intimidade, na esfera privada. A subjetividade e a intersubjetividade, assim como as manifestações da sexualidade passam, então, a ser contidas pelo novo código da intimidade, fundado em sentimentos como vergonha, pudor e reserva (Bozon, 2004b). Algumas instituições, constituídas na modernidade, como a família moderna, a escola e o Estado foram fundamentais na construção de valores referentes à sexualidade e à divisão dos papéis sexuais (Bourdieu, 1998). Assim, a educação orientada de acordo com valores simbólicos particularmente associados aos gêneros masculino e feminino, de forma desigual, possibilitou a constituição de uma assimetria entre os sexos e de uma hierarquização dos papéis sexuais.

2.1.3.

Revolução Francesa e Romantismo: do individualismo quantitativo ao qualitativo

Antes de passar à discussão de questões contemporâneas, fecho esta parte do trabalho com uma contribuição fundamental da teoria de Georg Simmel (2006), a qual será amplamente utilizada nas problematizações que se seguirão a respeito da dimensão atual das relações de amor, amizade, familiares, entre outras. É importante ressaltar o quanto a obra de Simmel é atual no que se refere às discussões que serão propostas.

O autor estabelece uma distinção entre duas formas de individualismo: o “quantitativo”, referente ao ideário de igualdade e liberdade do século XVIII no ocidente, e o “qualitativo”, associado às representações românticas do século XIX. A Revolução Francesa, no século XVIII, trouxera como marcos simbólicos os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. A partir dessa concepção teria emergido no ocidente um tipo de individualismo universalista, com ênfase em indivíduos livres e iguais entre si. O que Simmel demonstra, entretanto, é que, assim que os sentimentos de igualdade e universalidade fortificaram-se, o “eu” buscou mais uma vez a desigualdade. Essa nova desigualdade não era nem jurídica, nem política, nem social, mas nascia de dentro para fora, na esfera íntima individual. O indivíduo, dessa forma, não desejava mais apenas ser livre, mas “específico e insubstituível” (Simmel, 2006: 111). Esse movimento de mudança paradigmática nasceu no século XIX, e estava intrinsecamente ligado ao surgimento do Romantismo na Europa, principalmente na Alemanha.

Segundo Luiz Fernando Dias Duarte (2004), esse fenômeno encarnou a dimensão hierárquica e holista do pensamento humano, oposta à ideologia do individualismo igualitarista. E a idéia de holismo assumia nesse modelo a conotação de unidade. Assim, a representação sempre referida do “amor romântico” seria inseparável da valorização de uma unidade perdida que só o amor permitiria recuperar. Duarte aponta ainda para a influência que a noção de diferença, associada aos conceitos de intensidade e de singularidade, tinha na concepção romântica de indivíduo e da vida como um todo. Simmel (2006) já

mostrara que o “individualismo qualitativo” assumira forma pela primeira vez na obra *Wilhelm Meister* de Johann Wolfgang von Goethe, na qual é “esboçado um mundo que se ergue plenamente sobre a singularidade de seus indivíduos e que se organiza e se desenvolve a partir destes” (Simmel, 2006:112). Então, com os interesses acionados pelo Romantismo, o individualismo que se dirige para a incomparabilidade e singularidade qualitativas se faz valer. E da oposição entre noções como igualdade e singularidade, cria-se a dicotomia entre o que Simmel chamou de “individualismo quantitativo” e “qualitativo”, e entre entidade humana abstrata e universal e pessoa romântica, com sua ênfase característica na interioridade, na autonomia, no caráter singular e autêntico de cada ser (Duarte, 2004).

2.2.

O amor contemporâneo e a individualização nas relações privadas

Da própria constituição da modernidade emanaram movimentos promotores de grandes mudanças e que tiveram sobre os campos da família, da sexualidade e da afetividade grande impacto. Se a modernidade produziu individualização e se esta foi reforçada pela sexualidade e pela experiência dos sentimentos subjetivados, com a passagem do tempo esse processo assumiu uma dimensão ainda maior, e hoje, contemporaneamente, pode-se dizer que o indivíduo se tornou a medida central da sociedade, e que as normas antes oriundas das instituições modernas se interiorizaram (Le Breton, 2003, Foucault, 1988a 1988b 1988c; Bozon, 2004a e 2004b). Essa interiorização ou individualização, principalmente no que se refere à normatização das condutas sexuais, não supõe liberação, ou supressão de normas sociais, ao contrário do que pode indicar a idéia de revolução sexual e dos movimentos contraculturais, que são normalmente acionados para explicar as mudanças, sobretudo na condição da mulher e dos homossexuais, sempre as relacionando a essa noção de liberação (Bozon, 2004a e 2004b). Embora Michel Bozon reconheça os processos de emancipação da mulher e de garantia dos direitos femininos e dos homossexuais, chama atenção para esse

movimento de interiorização normativa que é bastante constrangedor, e que impõe ao sujeito, cada vez mais, uma condição de ausência de suportes exteriores para orientar suas condutas em matéria de sexualidade. Uma interpretação possível é a de que esse seja um fenômeno dominante de problematização permanente, em que o sujeito fica imerso nas incertezas e dúvidas causadas pelo vazio institucional. Dessa forma, é obrigado a buscar o suporte em si mesmo, e em outras redes, como os grupos de pares, os meios de comunicação, a Internet, a literatura de auto-ajuda, enfim.

A construção da identidade individual, inclusive no que se refere à sexualidade, passa, igualmente, por um projeto reflexivo, uma espécie de auto-monitoramento, no qual o sujeito interroga-se sobre a realidade que o circunda, e também sobre si mesmo (Giddens, 2002). Na modernidade, de acordo com Marlise Mattos (2000), estamos vivenciando uma experiência de volta para dentro, o que põe em evidência a necessidade de nos indagar sobre conceitos como identidade, seja de gênero, sexual ou social.

Outra dimensão dessa interiorização e individualização contemporâneas é a que se dá na família, no casamento e no amor. (Heilborn, 2004; Mello, 2003; Sarti, 2003; Singly, 2000). As sociedades contemporâneas ocidentais foram imperativas, impondo uma crença na identidade pessoal, num verdadeiro eu, num “mito da interioridade”. (Singly, 2000) Essa exaltação da interioridade de cada um tornou-se uma evidência normativa e se juntou a outro imperativo, o da exigência de autonomia, que hoje ganha cada vez mais relevo no contexto das relações amorosas. Contemporaneamente, segundo François de Singly (2000), é no espaço onde circula o amor que se constrói uma grande parte da identidade pessoal dos indivíduos, e, assim, a família assume, nas sociedades individualistas, a difícil função de tentar consolidar permanentemente o “eu” (Singly, 2000,14). O processo de construção da identidade individual é cristalizado a partir do olhar dos outros significativos, cônjuges ou parceiros para os casais, pais e filhos reciprocamente, reflete Singly.

Além disso, tornou-se possível na família a dissociação entre valores como autonomia, independência e reciprocidade. Isso decorre de um crescente processo de individualização, que permitiu a constituição de uma maior igualdade entre os membros da família, e de formas de relação no interior desta cada vez mais

voltadas para o diálogo e para as negociações entre as variadas gerações. Um exemplo central desse fenômeno é o que, segundo Singly, tem se constituído na educação familiar atual. Esta prioriza a iniciativa, a autonomia e a satisfação pessoal em detrimento da obediência, valorizada em modelos anteriores. Dessa forma, é notável que os jovens se autonomizem cada vez mais, e com menos idade, tendo um controle maior sobre as regras do mundo que os cerca, ocupando espaços cada vez mais individualizados, ao passo que a dependência financeira e a coabitação com os pais se estendem pelas condições conjunturais de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, entre outras. É importante ressaltar ainda a visão do autor segundo a qual, nas famílias atuais, a lógica do amor se impõe de forma mais imperativa que no passado, na medida em que os cônjuges só ficam juntos sob a condição de se amarem. Além disso, o elemento central não é mais o grupo reunido, são os membros que o compõem. A família, assim, se “transforma em um espaço privado a serviço dos indivíduos” (Singly, 2000: 15).

Na sociedade contemporânea igualmente, o amor, o casamento, a família e a sexualidade passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente, e adquire cada vez maior importância social. Isso gera conflitos no âmbito familiar entre as dimensões de individualidade e de reciprocidade. E já que os sujeitos não estão mais subsumidos pelas instituições sociais, os papéis sexuais e obrigações entre pais e filhos não estão mais claramente estabelecidos. Assim, a divisão sexual das funções, o exercício da autoridade e os direitos e deveres na família, antes predeterminados, hoje são objeto de constantes negociações (Sarti, 2003)⁵.

2.2.1.

Eu e nós: A construção da identidade individual e o casamento hoje

Com relação à importância que a união conjugal adquire no processo de transformação identitária, Peter Berger e Hansfried Kellner (1974) ressaltam que o

⁵ É possível notar, ainda, que não existe uma abstração universal do que seja a família, mas múltiplas concepções e experiências que os indivíduos têm em relação a ela. Dessa forma, portanto, é que nas classes populares as dimensões de reciprocidade, colaboração e dependência, parecem se sobrepor as de individualização e autonomia (Mello, 2003).

casamento era um instrumental crucial formador-contrutor de *nomos* na sociedade da época (anos 1970). Hoje, porém, é possível acompanhar a entrada em cena de processos permanentes de negociação que têm lugar na relação do casal que, por sua vez, passa a construir seu próprio manancial de regras (*nomos*). Assim, através dessa negociação, a vida do indivíduo é redefinida, passando a identidade de cada membro do casal a ganhar um novo caráter, sendo constantemente desafiada pela identidade do outro. Dentro, então, do que os autores chamam de “economia psicológica de outros significativos”, o cônjuge se torna o outro por excelência, o mais próximo e o mais decisivo coabitante do mundo. Dessa forma, todos os demais relacionamentos significativos têm que ser, na maior parte, automaticamente reinterpretados e reagrupados de acordo com a mudança que as condições atuais de relação no casamento trazem. Essa reconstrução do mundo no casamento ocorre, principalmente, no curso da conversação marital, a qual predomina sobre todos os outros tipos de conversa que têm lugar na vida dos indivíduos. Isso revela potencialidades que o casamento adquiriu no decorrer da história do ocidente, o que, segundo os autores, se deve à busca de cristalização da esfera privada da existência, percebida como a área de escolha e autonomia individual, em contraste com a esfera pública, que tende a querer moldar e conter o indivíduo. O mundo privado parece conceder ao sujeito o poder de modelação, que ele não detém em outros contextos.

É também através da intensificação do processo de individualização, de acordo com Jane Russo e Tânia Coelho dos Santos (1981), que o casamento tende a transcender a estrutura institucional que quer contê-lo, apoiando-se cada vez mais na vontade que as duas pessoas têm de manter uma vida em comum. Isso é fortalecido pela relação afetiva que se estabelece entre o casal, pelo ajustamento sexual, pela capacidade de adaptação mútua, que produz novos mapas para orientar a conduta individual (Russo e Santos, 1981).

Mostra-se ainda essencial no interior do casamento hoje, o equacionamento entre os valores de singularidade e de igualdade. (Heilborn, 2004) Assim cada um quer ser considerado um indivíduo dotado dos mesmos direitos de seu cônjuge, sem que suas diferenças específicas sejam ignoradas. Há uma associação entre “individualismo democrático”, que se manifesta pela igualdade jurídica de todos os membros da sociedade e “individualismo

romântico”, que é expresso pelo reconhecimento das especificidades dos grupos sociais, que reclamam essa mesma igualdade (Peixoto e Chichelli, 2000). Ambos devem ser pensados juntos, tanto na esfera pública quanto na privada. Essa tensão entre a legitimação do individualismo que confere igualdade entre os parceiros na relação amorosa, e a necessidade de se manter o caráter idiossincrático de cada um, caracteriza um traço marcante dos relacionamentos amorosos contemporâneos. E para entender essa dimensão atual dos relacionamentos amorosos é fundamental retomar a discussão de Simmel (2006) relacionada aos conceitos de igualdade e singularidade, “individualismo quantitativo” e “qualitativo”. Parece-nos interessante que a polarização entre as duas formas de conceber o indivíduo, moldadas uma no século XVIII e outra, no XIX, façam parte hoje de uma tensão que se dá no interior da relação amorosa, e não apenas dela, mas da família e das relações de amizade. Isso revela, como pudemos notar, que essas concepções não são apenas ainda amplamente representativas, mas que passaram do plano das idéias para a vida empírica dos sujeitos, no ocidente como um todo. Esse processo parece, inclusive, estar se intensificando no mundo contemporâneo.

2.2.2.

Reflexividade, amor confluyente, e divisão sexual dos papéis

A interpretação da temática das relações amorosas hoje e a apreensão de questões sutis que enlaçam as trajetórias pessoais às escolhas amorosas e afetivas em geral, tornam-se mais claras também quando pensamos em dois conceitos: “reflexividade” e “trajetória do eu” (Giddens, 1991, 2002). Viver reflexivamente ou “intensificar a consciência dos pensamentos, sentimentos e sensações corporais” (Giddens, 2002:71) supõe que a trajetória individual é em parte pautada num processo cognitivo, em que se acumulam estímulos e percepções que passam a compor um quadro de orientação para o sujeito. Dessa forma, o momento presente se constitui sempre como o produto de um conjunto de experiências vividas e refletidas. A identidade pessoal é, então, reconstruída, num processo contínuo e dinâmico, que substitui em parte a orientação institucional na

formação da mesma. O conceito de reflexividade, assim, incorporado ao de trajetória do indivíduo, apresenta-se como um parâmetro essencial para se compreender alguns processos que levam às escolhas e comportamentos em diversos campos da vida individual, inclusive no amoroso e sexual.

A categoria de “relação pura” é outra instância fundamental aos paradigmas contemporâneos de relacionamento; ela é pura por não se vincular a mecanismos externos, mas por estar atrelada unicamente à satisfação dos parceiros nela envolvidos. Assim, através da relação com o outro, obtém-se recompensa e gratificação pessoal, e constrói-se uma maneira de ver o mundo e de se ver, enquanto indivíduo (Torres, 2000).

Outra idéia importante de Giddens é a de “amor confluyente”(1993), que o autor aponta como sendo uma implicação afetiva e emocional igualmente compartilhada entre homens e mulheres (Torres, 2000). O surgimento desse tipo de amor esteve associado a mudanças verificadas quanto ao estatuto das mulheres, que produziu uma tendência a relações mais igualitárias entre os gêneros. De acordo com Heilborn (2004), em sua pesquisa recente com casais de camadas médias, na construção da vida do casal prevalece hoje um ideal de equidade e de maior indistinção entre os parceiros: “A relação que funda o casal moderno é de dois iguais, socialmente falando, característica que matiza a essencialidade e exclusividade do amor que institui o par” (Heilborn, 2004, 136).

E com relação a essa perspectiva de maior igualitarismo, vão existir algumas divergências na literatura. Se alguns autores trabalham com a idéia de um contexto de igualdade nas relações entre homens e mulheres, como Maria Luiza Heilborn, Anthony Giddens, Clarice Peixoto e François de Singly, outros, como Michel Bozon e Pierre Bourdieu apostam na persistência de padrões de dominação masculina e de um marcante duplo padrão sexual, o qual, ao contrário de aproximar as condições femininas e masculinas, ainda as mantém fortemente assimétricas⁶. A divisão de tarefas no âmbito doméstico ainda seria muito desigual, e persistiria uma considerável hierarquização dos papéis na sexualidade, sendo a mulher percebida como objeto sexual e o homem como sujeito (Bozon,

⁶ Essa questão é importante para minha reflexão, já que estou particularmente interessada na idéia de reconfiguração dos universos simbólicos dos gêneros, e na possível reorganização de papéis e representações masculinos e femininos, tanto na esfera pública quanto na privada.

2004a e 2004b). Os pares de oposição que simbolicamente refletem essas assimetrias continuariam a estruturar as experiências sexuais (Bourdieu, 1998; Bozon, 2004b). Uma questão interessante apontada por Bozon (2004b) é a de que a arbitrariedade das condutas determinadas em função do gênero sexual é tão pesada para homens quanto para mulheres.

2.2.3.

Família brasileira: entre a moralidade tradicional e o “árduo” primado da “opção” moderna

Trabalhamos com a hipótese de que há uma ambigüidade estrutural que tende a se manifestar nas relações pessoais no Brasil. Com isso, as interpretações que descrevem as relações entre os gêneros como igualitárias e as que as apontam como mais assimétricas não seriam necessariamente excludentes. A coexistência de padrões modernos e tradicionais é fato notável, por exemplo, no que se refere às relações familiares no Brasil (Figueira, 1987). Os modelos familiares modernizaram-se e diversificaram-se, embora ainda persista, de acordo com Sérvulo Figueira, uma tensão entre padrões do “modelo hierárquico de família”, dominante na década de 1950, que dá ênfase ao código em detrimento do indivíduo, e padrões do “modelo igualitário de família”, que hoje está difundido em quase toda a sociedade brasileira, e que prioriza o indivíduo^{7 8}. No que diz respeito à gravidez, por exemplo, a mulher da década de 1950 compartilhava de um sistema de valores e de compreensão do mundo ancorado em códigos morais sistemáticos e bem definidos (Almeida, 1987). As relações familiares eram alicerçadas em diferenças marcantes de gênero, cabendo ao homem, sobretudo a garantia do suporte material, e à mulher, a manutenção do suporte emocional. A idéia de “diferença” era um dos princípios organizadores da vida dos indivíduos daquela década, e as classificações como sexo e idade eram importantes para o estabelecimento da hierarquia na sociedade e na família.

⁷ Código refere-se aqui a idéias tais como *norma* e *regra*.

⁸ Embora a predominância dos valores igualitários nas relações familiares e amorosas seja um dado relevante hoje, é preciso destacar que esse padrão pode variar em função dos diferentes contextos, tanto de classe quanto de localidade.

As contradições do primeiro modelo tentaram ser resolvidas pela implantação de parâmetros mais igualitários de relacionamento no interior da família (Figueira, 1987), o que, contudo, como mencionado anteriormente, produziu tensões entre os valores de igualdade e singularidade pessoal na esfera familiar. Numa situação real, em que o processo de modernização da família não é linear, as contradições entre hierarquia e igualitarismo no que se refere às relações de homens e mulheres, jovens e adultos, pais, filhos e avós emergem, criando instabilidade.

Figueira aponta ainda que uma das conseqüências da modernização é o processo de “desmapeamento”, que importa não em simples perda ou ausência de mapas, que orientem a conduta individual, mas na “existência de mapas diferentes e contraditórios, inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito” (Figueira, 1987:22), o que também gera mudanças dentro do âmbito familiar. Voltando à questão da maternidade, Maria Isabel Mendes de Almeida (1987) compara as mulheres que foram mães na década de 1950 com suas filhas, que passaram pela experiência da gravidez na década de 1980, momento em que o processo de modernização já havia se instalado e produzido consideráveis mudanças e conflitos no âmbito familiar. Para as gestantes dos anos 1980, a gravidez fazia parte do desejo e da escolha individuais, e muitas vezes do planejamento. Sua ênfase estava contida em novos mapas de orientação em que não mais o código, mas o sujeito era o foco central. No entanto, a pluralidade de mapas produzia contradições, e a experiência da maternidade era construída a partir de definições que se opunham e que reagiam aos antigos padrões sociais. A regência imaginária era a de um “paradigma reativo”, que se voltava contra a antiga autoridade familiar e materna. A figura materna, na visão de alguns grupos de mulheres da geração que engravidou no início da década de 1980 – sobretudo daquelas que buscavam um padrão “alternativo”, natural e desmedicalizado de vivência da gravidez e do parto – representava uma espécie de matriz dos valores arcaicos. O interessante é que as mães da década de 1950, socializadas numa década em que o princípio da hierarquia era fundamental, subjetivamente tornaram-se submissas às filhas e aos novos preceitos trazidos por elas, numa espécie de inversão de papéis.

As ambigüidades persistem inclusive nas novas orientações do

comportamento amoroso, sexual. Um exemplo estaria na regra atual de que a mulher não tem que se manter virgem até o casamento. Embora a regra em si tenha um conteúdo moderno, ela tende a se tornar obrigatória, sendo carregada de um imaginário moral, da mesma forma que ocorre com a regra contrária, de que a mulher deve permanecer virgem até o casamento, que era dominante na década de 1950 (Figueira, 1987). Essa posição se orienta pelo que o autor chamou de “modernização reativa”. Para entendê-la, é necessário diferenciar três tipos de regras que, segundo ele, organizam a família de acordo com parâmetros tradicional, moderno, ou ambigüamente moderno e tradicional. O modelo de família hierárquica teria como princípio organizador “regras de primeiro grau”, com ênfase no código, num ideário maniqueísta/dicotômico. O modelo igualitário de família teria como eixo orientador as “regras de segundo grau”, que priorizam a escolha, a opção do sujeito. O terceiro tipo de regra, que se vincula à modernização reativa, é a regra de primeiro grau com conteúdo modernizado. Este último tipo é expresso pelo exemplo dado acima a respeito da virgindade, já que a verdadeira modernização estaria, não em uma posição radical em favor do conteúdo moderno, mas na instauração do domínio da regra de segundo grau, segundo a qual as mulheres poderiam escolher como, com quem, e quando deixariam de ser virgens.

A regra de segundo grau, que não tem conteúdo definido ou fixo, cria maiores possibilidades de negociação, variação e até relativização do desvio. O que diferencia o moderno do tradicional, então, é a opção do sujeito e não o conteúdo moral dessa opção. Cada um deve poder escolher entre uma posição moral mais tradicional ou mais moderna, não porque ela corresponde ao modelo dominante, mas por uma questão de preferência particular. A contemporaneidade inaugura a possibilidade de escolher entre tantas posições com conteúdos diversificados, e também permite que se trafegue por esse amplo quadro de opções, admitindo mudanças radicais e até posições simultâneas com conteúdos morais diferentes.

Com uma pesquisa também realizada na década de 1980 na cidade do Rio de Janeiro, com casais de camadas médias, Tania Salem (2007) aponta para questões centrais que, na década atual, são amplamente observadas no contexto relacional da díade amorosa. Em sua observação, a autora percebe que, em função

das mudanças recentes nas relações entre os gêneros, os modelos familiares estavam se multiplicando, o que não implicava exatamente no enfraquecimento da instituição familiar. Através de um longo processo, ao qual já fizemos referência, a conjugalidade tornara-se um domínio cada vez mais autônomo em relação à família, passando a ter uma orientação própria e interna, na qual a sexualidade assumira posição central. A autora ressaltou que, ao longo dessas transformações, a sexualidade deixou de estar circunscrita ao casamento, o que vem contribuindo para a emergência de cenários cada vez mais complexos e plurais.

Retomando questões discutidas no texto de Almeida (1987) e de Figueira (1987), o chamado “casal grávido” da década de 80, estudado por Salem (2007), era adepto de um discurso antimédico, antinormativo e igualitarista, fenômeno que tinha origem num expressivo ideal de individualização e de libertação dos valores tradicionais no âmbito das relações familiares. Embora esses valores estivessem sofrendo um forte questionamento por parte de determinados grupos sociais, ainda detinham uma influência relevante sobre a sociedade brasileira como um todo. Em razão disso, é que enfrentavam uma oposição tão radical dos grupos que os contestavam.

A pesquisa da autora revelou também o fortalecimento de um novo modelo de casal, sustentado pelo ideal do igualitarismo na relação entre os gêneros. A apreensão dos traços principais desse paradigma de composição amorosa é de grande importância para a nossa pesquisa, já que estaremos trabalhando, nas entrevistas, com casais jovens que convivem com dilemas e questões bastante semelhantes ao do “casal igualitário” (CI)⁹. Embora nosso trabalho seja direcionado ao estudo de casais de namorados, ainda não unidos matrimonialmente como no CI, o contexto que envolve o seu universo relacional é bastante próximo, em função das relações mais simétricas entre os gêneros que vêm se estabelecendo.

O CI emergiu como um fenômeno constitutivo do ideário individualista, e enfrenta o problema essencial do equacionamento entre a unidade-casal e entre sujeitos que se auto-representam como independentes, incitando a diferenciação e

⁹ A obra da autora discute o contexto relacional do casal grávido (CG), mas faz uma importante referência ao casal igualitário, que por ser importante para o debate deste trabalho, abreviei como CI.

a autonomia dos parceiros. Um dilema que tem como desafio a formação de um “nós assentado em uma fragmentação igualitária” (Salem, 2007, 17). Segundo Salem, o igualitarismo, contido nesse modelo, é expresso por meio de uma quase total indiferenciação entre os parceiros. A premissa básica que compõe o código relacional do CI é a de que “não existem nem âmbitos nem qualidades simbólicas que sejam exclusivos de um dos gêneros e proibidos ao outro” (Salem, 2007, 174). Assim, masculino e feminino, como campos de representação simbólica, aproximam-se tanto no ideário do CI, que passam a se revestir de igual valor. Apesar desse modelo de relação conjugal ser fundado na união de indivíduos de igual valor, as individualidades se distinguem. Novamente, temos o conflito entre igualdade e singularidade, ancorados nos ideais do individualismo “quantitativo” e “qualitativo”.

Salem ressalta ainda que a relação igualitária encerra um jogo de reciprocidade e dependência afetivas, que tem como valor sustentador o amor. A composição da díade em unidade torna-se então um objetivo necessário para a manutenção do vínculo entre os parceiros: “A exigência de uma vida compartilhada e de uma existência comum é intensa na parceria igualitária e ela se exprime na disposição de ser um só” (Salem, 2007, 175). Embora esse seja um objetivo mais presente no início da relação, ele permanece como um desejo particular a essa forma de relação, ressalta Salem. E, dessa forma, quando o casal não se percebe mais como parte de uma unidade, a separação tende a ocorrer. Um dos dilemas e desafios que o CI enfrenta, segundo a autora, é que o ideal que este busca sustentar de “complementaridade simétrica”, em que se expressam tanto a individualidade singular quanto a igualdade dos indivíduos, torna-se uma perseguição incessante o que gera vulnerabilidade, podendo causar a dissolução do casal. O conflito geralmente surge da tentativa de equacionar valores que tendem a preservar a idéia de casal e os que priorizam o indivíduo. Os parceiros encontram significado tanto em suas existências individuais, quanto em sua expressão como casal, e quando essas representações entram em conflito, torna-se difícil a manutenção do relacionamento. O desafio maior desse casal é resumido na obra da seguinte forma: “ser dois e simultaneamente permanecer um só” (Salem, 2007, 210).

2.2.4.

Amor contemporâneo: os dilemas da relação amorosa na atualidade

Para fechar este capítulo, mostra-se essencial a retomada de questões apontadas anteriormente, que dizem respeito às contradições do amor no mundo contemporâneo. Embora nos pareça clara a permanência do sentimento amoroso como ideal sustentador das relações privadas, é também notável que esse ideal é perpassado por uma série de problemáticas que envolvem os relacionamentos atuais, tanto amorosos quanto familiares. Essas problemáticas estão enraizadas nas incertezas de um mundo que se transforma de maneira acelerada, e num processo contínuo e crescente de individualização. Se por um lado desejamos intensamente a complementaridade que o outro significativo pode nos oferecer, por outro lado, estamos também mais envolvidos com nossas próprias questões, desejos e constantes transformações. Como equacionar a união entre o eu e o outro, sem que cada um se perca de sua identidade e ao mesmo tempo cuide para que se construa uma unidade-casal? A questão apontada por diversos autores revela-nos o desafio de uma busca que ora leva um número ascendente de pessoas a se unirem, ora uma quantidade considerável a se separarem, o que tem favorecido dentro da trajetória pessoal um acúmulo de experiências amorosas.

Entre as mudanças que vêm se produzindo no mundo atual, as que ocorrem nas vidas pessoais dos sujeitos são, segundo Giddens (2003), as mais impactantes. Há uma revolução global em curso também no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com os outros. São transformações perturbadoras, porque atingem diretamente o universo das emoções individuais. Um dos conceitos que o autor utiliza para problematizar essa nova realidade é o de “relação pura”, definido como “um relacionamento baseado na comunicação emocional, em que as recompensas derivadas de tal comunicação são a principal base para a continuação do relacionamento.” (Giddens, 2003: 70). Giddens demonstra que a relação pura tem uma dinâmica completamente diferente dos tipos tradicionais de laços sociais, porque depende

de processos de confiança ativa, com a abertura de si mesmo para o outro¹⁰. Para que esse tipo de relação tenha um bom funcionamento é preciso que haja diálogo e confiança recíproca. A relação pura tem dominado, aponta o autor, cada vez mais, os campos das relações sexuais e de amor, dos relacionamentos pais-filhos e da amizade. Trata-se de um tipo de relação baseada na idéia de igualdade e também de individualidade, que se associa ao que Giddens chama de “emergência de uma democracia das emoções da vida cotidiana” (Giddens, 2003:72). A construção de relações democráticas no plano privado é, na visão do autor, tão importante quanto foi a do mundo público para o aperfeiçoamento da qualidade de nossas vidas.

Jurandir Freire Costa (1998) retoma a obra de Elizabeth Badinter para discutir uma das formas de problematizar a questão amorosa hoje. De acordo com Badinter, a solidão é vista como preferível a qualquer cerceamento da liberdade, inclusive àquele que provem da relação amorosa. Na cultura narcisística em que vivemos, o outro é, constantemente, desejado apenas na medida em que puder enriquecer a nós mesmos. Ainda de acordo com a autora, o sofrimento causado pela frustração de expectativas amorosas vem fazendo com que o amor romântico perca espaço no campo subjetivo. Já não se contenta mais o indivíduo em viver e relembrar uma única história de amor. Novamente surge o dilema de estarmos divididos entre a busca por liberdade e independência e, simultaneamente, por uma fusão ideal.

Outro autor que trata dos paradoxos amorosos hoje é Zigmunt Bauman (2004). Bauman discursa sobre o cenário da vida contemporânea, uma vida chamada por ele de “líquida” para se referir provavelmente à volatilidade de padrões e valores. Os relacionamentos, segundo ele, são os “representantes mais comuns, agudos, perturbadores e profundamente sentidos da ambivalência”. (Bauman, 2004: 8) Os vínculos humanos se fragilizam, e passam a inspirar insegurança e desejos conflitantes. Por um lado, buscam-se vínculos mais duradouros e que tragam uma sensação maior de segurança, e de outro, há um desejo de manter esses mesmos vínculos frouxos, como garantia da liberdade de escolha e da possibilidade de experimentar e trocar. Os relacionamentos amorosos

¹⁰ É importante ressaltar que o autor usa a categoria relação pura como uma idéia abstrata que nos ajuda a entender transformações que ocorrem hoje no plano das emoções individuais, e no modo como os relacionamentos pessoais se estabelecem.

são percebidos, assim, principalmente em sua dimensão pós-moderna marcada pela ambigüidade, entre noções como permanência e inconstância, e nos interstícios delas, pela possibilidade de escolher e pelo poder da escolha, mesmo que ela traga insegurança. E assim, os atores sociais trafegam pelas ambivalências desses relacionamentos, por uma ou outra instância, ou simultaneamente por ambas, o que caracteriza a própria ambivalência.

O amor contemporâneo é, então, segundo o autor, assinalado, sobretudo pelas incertezas, que muitas vezes causam sofrimento. A insegurança toma conta dos relacionamentos amorosos, principalmente porque ela começa com a própria escolha amorosa. Em razão disso, é compreensível o fato de os relacionamentos estarem entre os principais motores do que é chamado na obra de “boom do aconselhamento”. A metáfora da rede é, assim, constantemente acionada para justificar conexões e desconexões, em contraste com a própria idéia de relação que implica em uma noção de engajamento. Principalmente quando ocorre a frustração amorosa é que a qualidade tende a ser substituída pela quantidade, e a noção de relacionamento ou de parceria pela de rede.

Isso decorre, como nos mostra Bauman (2008), das peculiaridades do tempo de transição no qual estamos imersos. As velhas estruturas se desmontam e, nenhuma estrutura alternativa com o mesmo sentido institucional vem preencher a lacuna que se abre. Os moldes que enquadravam, anteriormente, os relacionamentos humanos passam, com isso, a se misturar, a se fundir, a se contradizer, o que favorece a insegurança e um processo constante de negociação no interior desses relacionamentos:

“Privados desses moldes, todos os padrões de relacionamento se tornam tão suspeitos quanto incertos e vulneráveis, receptivos ao desafio e abertos à negociação. Não se trata apenas de as relações humanas atuais, assim como todos os atributos humanos na era da modernidade, precisarem de um esforço para adaptá-las a um padrão; o problema é que os próprios padrões já não são ‘dados’.” (Bauman, 2008, 265-266)

Como conseqüência da ausência de normatização das relações, dada de maneira linear e uniforme, o processo de construção de padrões passa a ser uma tarefa individual, baseada na experimentação contínua.

Ao falar mais especificamente de amor, erotismo e sexo na contemporaneidade, Bauman afirma que um marco proeminente da revolução erótica pós-moderna é o cortar de laços que conectam erotismo ao sexo, por um lado, e por outro, ao amor. Como a identidade deixa de ser “dada” e transforma-se num problema e numa tarefa individuais, sua virtude mais cobiçada passa a ser a flexibilidade, que permite não apenas o tráfego pelos inúmeros referenciais identitários, acessíveis no mundo de hoje, como a experimentação simultânea de diversos tipos de identidade. Nenhum compromisso deve ser tão preso a ponto de limitar essa livre movimentação. E o erotismo, tendo se libertado das restrições reprodutivas e amorosas, passa a ser o medidor por excelência dessas identidades múltiplas, flexíveis e evanescentes de homens e mulheres. Em sentido contrário, torna-se o amor uma fonte de incurável ansiedade, embebida na premonição do fracasso. Nele, a esperança e a promessa de “eterno amor” são vestidas de uma roupagem que não é, de nenhuma maneira, eterna. Segundo o autor, o ideal da eternidade do amor e do amado é a “mentira salvadora da cultura” (Bauman, 2008: 286), que ajuda a assimilar a contradição de que seres mortais almejam amar como imortais.

Seguindo uma linha diferente da de Bauman, Gilles Lipovetsky (2007) vai se questionar sobre como é possível que em uma sociedade hipersexualista, a errância dos corpos não seja mais difundida, e sobre o porquê de a vida sexual de tantas pessoas permanecer tão pouco desenfreada. Por muito tempo, reflete o autor, o código de honra e a moral religiosa constituíram as principais forças de contenção das pulsões sexuais. Atualmente, o que desempenha esse papel é uma ordem cultural que valoriza os laços emocionais e sentimentais e a troca entre duas pessoas. Na sociedade de hoje não cessamos de prestar culto ao ideal amoroso, e costumamos associar a “verdadeira vida” ao que se saboreia a dois, o que faz ainda da relação estável e exclusiva um fim a ser perseguido. Lipovetsky prossegue, afirmando que a relação sentimental não é valorizada apenas porque a identificamos a uma vida rica em emoções e sentido, mas também porque ela permite realizar uma das aspirações mais profundas do ser atualmente: ser reconhecido como uma subjetividade insubstituível. Ser amado implica ser escolhido entre tantos, ser tido como especial. Essa se torna uma demanda importante num mundo em que domina a lógica individualista-narcisista. Assim, a

busca pelo prazer não substituiu o ideal de ser sujeito para o outro.

A aposta do autor é de que há na sociedade em que vivemos menos um culto ao erotismo extremo, que uma busca por respeito, reconhecimento individual, atenção a si. Se cada vez mais homens e mulheres reconhecem sua dificuldade em amar por muito tempo, e mostram-se céticos quanto à possibilidade de amar a mesma pessoa a vida toda, o que é mais notável não é tanto o sexo pelo sexo e o aumento dos parceiros sexuais, quanto a multiplicação das histórias amorosas. Não se pode falar em aniquilação dos valores e sentimentos, mas na desregulamentação das existências, na vida sem proteção, na fragilização dos indivíduos. A sociedade do hiperconsumo, como é ressaltado na obra, é contemporânea da ansiedade, das depressões, das carências de auto-estima, da dificuldade de ser e estar no mundo. Trata-se de uma realidade contraditória onde, por um lado brilha a euforia do bem estar, e por outro, é comum o indivíduo ser tomado pela impressão de não ter vivido o que teria desejado viver.

O cenário pós-moderno mostra-se ambíguo também no que se refere à vida íntima e sentimental. Lipovetsky demonstra que crescem as expectativas na vida conjugal, ao mesmo tempo em que se proliferam os conflitos e decepções íntimas. A “felicidade paradoxal” reside numa busca cada vez maior por proximidade emocional e comunicação intensa nas relações, que acaba gerando decepções também crescentes no plano individual. Ao difundir no corpo social o ideal de auto-realização, a sociedade de hiperconsumo exacerbou as discordâncias entre o desejável e o efetivo, o imaginário e o real, as aspirações ideais e a experiência cotidiana.

Questionando-se sobre se vivemos uma dessentimentalização do mundo, o autor conclui enfaticamente que não. O amor, segundo ele, longe de declinar, continua a ser centralizado pela cultura. Nos filmes, canções, imprensa, por toda parte o amor apresenta-se como um ideal superior, como “a imagem mais emblemática da felicidade” (Lipovetsky, 2007:147). Ainda que as questões econômicas se mostrem onipresentes no cotidiano, uma outra lógica, antinômica, porque afetiva e desinteressada, não deixa de ganhar legitimidade, modelando expectativas. Nas mídias de massa, por exemplo, o amor é amplamente consumido. A cultura do amor se generaliza e se intensifica no universo do “consumo-mundo”. E a busca pela perenidade nas relações afetivas parece

persistir no cenário contemporâneo, pelo menos no plano ideal.

Jeni Vaitsman (1994), com obra anterior, aponta para questões que desafiam o ideal amoroso e conjugal hoje. A autora revela que vivemos em tempos em que individualidade de cada um ergue barreiras entre os parceiros no casamento, já que se perdeu a convicção de que duas e somente duas pessoas sejam feitas uma para a outra. Não se pretende mais transformar duas individualidades em uma singularidade, através da complementaridade e da fusão absoluta na relação. Essas questões caracterizam o que Vaitsman define como conflito entre o individual e o coletivo no casamento pós-moderno. A identidade, como o casamento e também a família tornou-se plástica e flexível, o que não significa que a individualidade tenha se anulado. O indivíduo também não perdeu sua capacidade de sentir e produzir mudanças, e também não deixou de desejar algum tipo de segurança e estabilidade. Trata-se, porém, de uma época em que o espaço é aniquilado pelo tempo, o curto prazo se sobrepõe ao longo, e o sincrônico ao diacrônico. O aqui e agora adquire relevo especial, devido ao ritmo das mudanças, mas o diacrônico não desapareceu, pois ainda cristaliza a história social e pessoal, inclusive a trajetória amorosa individual. Não existem mais modelos e dicotomias rígidas, e as relações humanas são hoje, sobretudo flexíveis e plurais.

O conceito de “filosofia do acontecimento”, discutido por Maurizio Lazzarato (2006), também é importante para entendermos alguns traços contemporâneos dos relacionamentos amorosos. Partindo das reflexões de Deleuze acerca da obra de Leibniz, o autor afirma que o possível é produzido no decurso do acontecimento ou da relação, e se traduz pela produção do novo. Abrir-se ao possível, afirma Lazzarato, é acolher tal como ocorre quando nos apaixonamos por alguém, a emergência de uma descontinuidade em nossa experiência. A partir da sensibilidade produzida com base nesse encontro com o outro, pode-se construir uma nova maneira de se relacionar, um novo agenciamento. A pessoa por quem nos apaixonamos carrega consigo um mundo de possibilidades, que é abraçado por nós com o próprio ato de apaixonar-se. Encontramos na relação amorosa, então, um duplo movimento que pode levar a um processo constante de criação e atualização de novas realidades, o qual depende, contudo, do próprio intercuro relacional para se traduzir em uma nova

vida.

Estamos falando de um cenário notavelmente diversificado, múltiplo e de um universo de relações humanas cada vez mais dinâmico, flexível e complexo, embora acreditemos que para além da contradição de valores, modelos, padrões, crenças, vivemos um momento de coabitação de variados paradigmas. Não é incomum encontrar uma mesma pessoa defendendo pontos de vista que acionam diferentes modelos, inscritos em níveis separados da subjetividade, e que há alguns anos seriam absoluta e necessariamente excludentes. O discurso dos sujeitos sobre amor e família é um exemplo claro dessa composição de parâmetros, até porque os modelos de relacionamento, como já dissemos, são diversos. E não somente estes, como também os valores e convicções pessoais são muito mais particularizados, como se cada indivíduo pudesse construir um universo relacional totalmente único e original, de acordo com as escolhas que faz. É claro que existem padrões sócio-culturais dominantes, mas há cada vez maiores possibilidades de experimentar, abandonar e trocar esses padrões por outros. As discussões propostas pelos autores citados acima é um exemplo dessa quase “conciliação de contradições” que vivemos. Afinal, como afirma Lipovetsky, nossa sociedade é hipersexualista e simultaneamente enseja nos indivíduos a busca por relacionamentos duradouros. Ou como diz Bauman o sexo é dissociado do amor, mas o mito do amor eterno permanece como ideal cultural, apesar de as pessoas acreditarem cada vez menos numa relação única para toda a vida.

Essas discussões enriquecem a reflexão sobre a relação amorosa e a família hoje, instâncias da sociedade que embora culturalmente e espacialmente múltiplas no mundo, perpassam a vida de todos nós com enorme relevância. E como esferas participantes de todas as mudanças e transfigurações da modernidade, são marcadas pela diversidade e pelas múltiplas percepções que podem gerar. Como Giddens demonstra, com a emergência da modernidade, a emoção torna-se de muitas maneiras uma questão de política de vida (Giddens, 2003, 220). O modelo de amor confluyente incorpora uma ética de promoção de emoção não destrutiva, tanto na conduta individual quanto na vida comunitária; o erótico é reinventado através do cultivo do sentimento, expresso pela sensação corporal, em um contexto comunicativo, em que a reciprocidade de prazer, assim

como de sentimento, torna-se fundamental. Assim, tentando vislumbrar esse contexto tão diverso, rico e ainda difícil de definir, iniciaremos a incursão por nossa pesquisa, debatendo temas como amor, fidelidade, amizade, e projetos profissionais e da díade amorosa, no contexto específico da relação de namoro entre jovens de camadas médias da cidade do Rio de Janeiro.